



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**Curso de Especialização em Educação do Campo: Desenvolvimento e**  
**Sustentabilidade**  
**Disc.: Educação do Campo e Políticas Públicas**  
**Prof. Dr. Neila Reis**

Autores<sup>1</sup>



Carlos Alberto Gaia Assunção  
 carl.assuncao@hotmail.com

**ORGANIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICO**  
**DA VILA DE ITUQUARA**



Erivaldo Sanches Cruz  
 erivaldosanches@hotmail.com



José Paulo Gaia Assunção  
 jpaulokyahoo.com.br



Miguel Rodrigues Ribeiro  
 Mribeiro09@yahoo.com.br

**Belém-PA, Julho de 2009**

<sup>1</sup> Alunos do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Pará

## **I – Introdução**

Este trabalho é resultado da culminância da Disciplina Historia Social da Amazônia, do Curso de Especialização em Educação do Campo Desenvolvimento e Sustentabilidade, da Universidade federal do Pará.

Resgatar a historia social ou a memória de um povo, uma cultura ou uma comunidade é de uma recompensa ímpar; é fazer parte deste resgate com produto e produtor.

Um povo que não sabe contar sua história ou que a perde nas entrelinhas de sua história escrita, ou repassada entre as gerações é não se perceber enquanto participante da construção de sua historicidade, é perder a memória cultural, política e social de seus descendentes.

Entendemos que ainda há muito o que desvendar, revelar e escrever sobre a história social de Itaquara e que este trabalho se constitui apenas como motivação inicial para todos os interessados continuar em redescobrir e registrar esta história.

## **II – Primeiros Habitantes**

Segundo contos dos primeiros habitantes de Itaquara, até o século XVIII, este lugar não era habitado por colonizadores, pois tudo indica, através de vestígios, que nesta área viviam algumas tribos indígenas.

E por volta da segunda metade do século XIX, ou seja, mais precisamente em 1864, um bandeirante de origem pernambucana conhecido por Joaquim, chegou a Belém do Pará, seguindo viagem até Cametá. Posteriormente embarcou numa canoa à vela e singrou as águas do rio Tocantins, subindo-o, atingindo alguns dias de viagem, aportou com sua família numa pequena depressão à margem direita do referido rio, no território já baionense, descansando da longa viagem. Na manhã seguinte, escalou a ribanceira para fazer reconhecimento do espaço que acabara de chegar. Percebendo que o lugar possuía uma riqueza em espécies de vegetais e animais e uma extensa fonte hidrográfica, com destaque para o grande rio Tocantins, com belíssimas paisagens nas suas margens, águas potáveis, piscosas e navegáveis, daí o motivo de sua fixação nesta área.

## **III - LOCALIZAÇÃO**

São Joaquim de Itaquara pertence ao território de Baião e está localizada fisiograficamente na margem direita do rio Tocantins pertencendo a Mesorregião Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá (baixo Tocantins) e no final da rodovia PA-151. A sede do atual distrito tem as seguintes coordenadas geográficas: 3° 1' 47,2" de latitude sul e 49° 38' 20,8" de longitude oeste de Greenwich, altitude entre 35 m a 40 m, segundo dados coletados via satélite no dia 08-04-98, através de GPS (Sistema de Posicionamento Global). Seus limites são: ao norte o Igarapé do Bom Sucesso, ao sul a Vila Nova de Jutá e Nazaré dos Patos (Breu Branco e Tucuruí), a leste o Igarapé de Apeí (Moju) e a oeste o distrito de Joana Peres,

margem esquerda do rio Tocantins. A figura 1 mostra o croqui da Vila de São Joaquim de Itaquara.

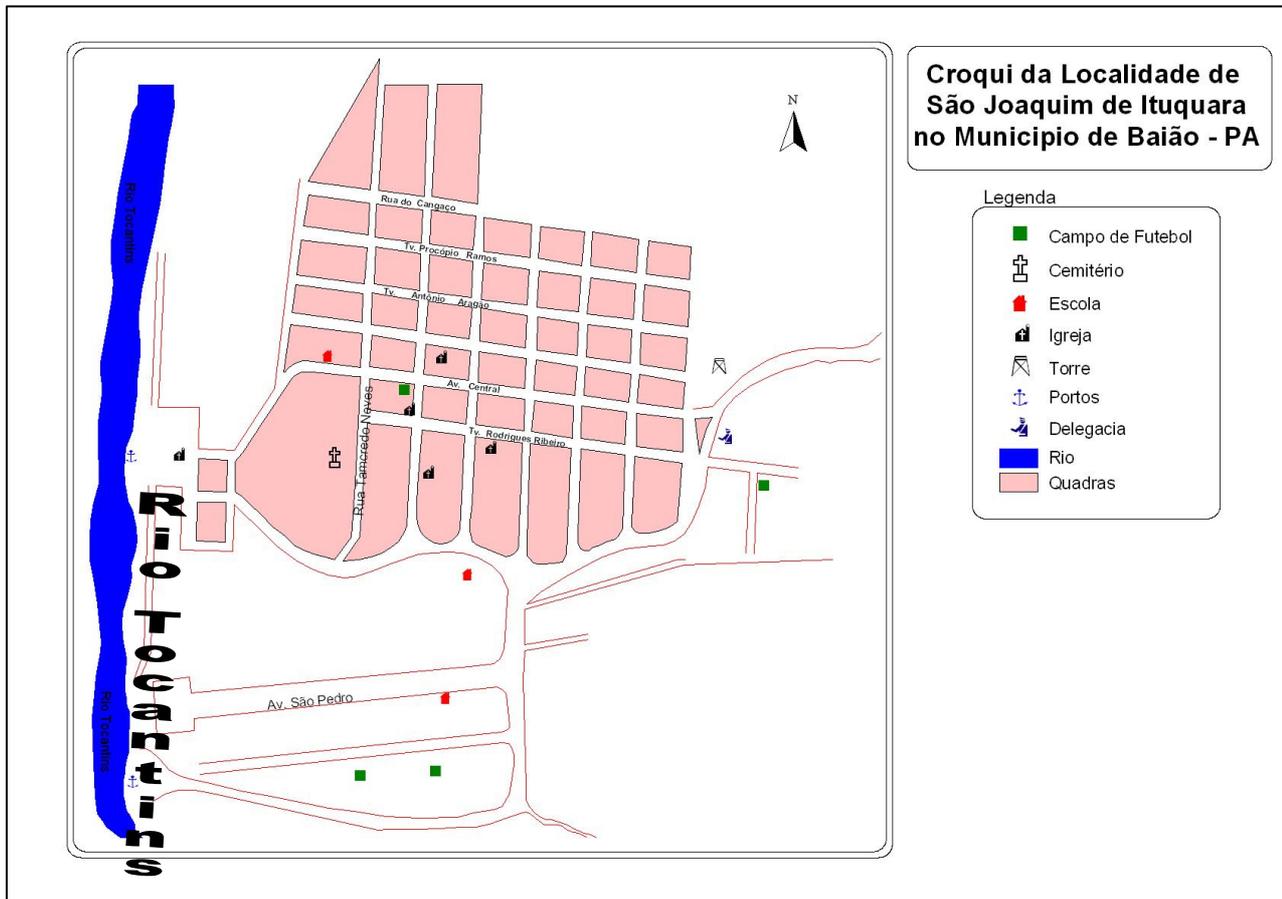


Figura 1- Croqui da Vila de São Joaquim de Itaquara

Autor: Ribeiro, M.R- março de 2006

#### IV – A Origem do Nome

A origem do nome deu-se em homenagem ao primeiro morador do lugar, Sr. Joaquim, popularmente conhecido por “Joaquim Palha”, pois, quando desembarcou na região, não tendo onde se abrigar, construiu uma palhoça toda coberta e revestida com palhas de palmeiras regionais (palha de injazeiro). Mas outras hipóteses da origem do nome Itaquara, segundo uma lenda Tupi-Guarani, *Itu* quer dizer vento e *quara* quer dizer oco ou buraco de pau, onde o vento sopra, fazendo ruídos variados. Já a última hipótese segundo os habitantes tradicionais, diziam que duas mulheres estavam à beira do rio lavando roupas, uma dizia para a outra: - “eu lavo e tu quara”. Essa frase é usada numa linguagem coloquial, na prática da atividade de lavar roupas à beira dos rios. Lavar e quara são verbos que querem dizer, “saber lavar e corar”. Portanto, essas são as versões que possivelmente deram origem ao nome do lugar.

## V - ASPECTOS DO MEIO BIOFÍSICO DO DISTRITO DE SÃO JOAQUIM DE ITUQUARA

O distrito de São Joaquim de Itaquara teve seu início bem próximo da margem direita do Rio Tocantins, conhecida popularmente por parte “baixa”.



Figura 2- Parte baixa da Vila

A outra parte do distrito localiza-se no terreno mais elevado, conhecido também por parte “alta”, onde o crescimento urbano é bem mais acelerado, em virtude do terreno ser mais apropriado e extenso.



Figura 3 – parte Alta da Vila (vista aérea)

Na parte baixa, consideram-se alguns fatores que vem contribuindo excessivamente para a estagnação do crescimento urbano, tais como, a sua localização próxima às encostas íngremes dos barrancos e os grandes impactos ambientais causados pela erosão no período das chuvas, onde acontecem deslizamentos das ribanceiras e de outros materiais de fácil sedimentação, pois apresenta o solo do tipo Latossolo Amarelo e Areia Quartoza distrófica.

Uma outra situação que tem causado grandes problemas à população que se fixou na área baixa, são as enchentes periódicas nos meses de janeiro a abril, que inundam as margens do rio Tocantins, principalmente nas áreas à jusante da barragem de Tucuruí, da qual Itaquara limita-se ao sul.



Figura 4 – inundação durante inverno

O relevo de São Joaquim de Itaquara é marcado pela presença de tabuleiros relativamente altos em relação aos do baixo Tocantins, mas apresenta terraços de várzeas e planícies e não apresenta terrenos ondulados.



Figura 5 –relevo da Vila

A hidrografia do distrito de São Joaquim de Itaquara é a mesma do município de Baião. O rio principal é o Tocantins com seus afluentes, subafluentes e paranás-miri como: Açaizal, Andirobal, Pirámipan, Matorá, Laginho, Apeí, Bom Sucesso, Paxinbal, Igarapé Grande, Igarapé Seco, Flexal, Vai-combeira, Pedral, Acapu, Cebolal, Banana, Angelim e a grande ilha de Jutáí com seus furos e aproximadamente trinta lagos de criação natural de várias espécies de peixes, apresentando uma riquíssima biodiversidade na Amazônia Oriental e pouco conhecida por nossos geógrafos e historiadores da região.



Figura 6 – Rio Tocantins

## V - A FORMAÇÃO DO POVO ITUAQUERENSE

A formação da população Ituaquense deu-se de forma lenta no decorrer de muitas décadas. No início poucas famílias oriundas dos municípios de Cametá e Mocajuba que vieram com o objetivo de pescar no rio Tocantins e nos lagos de criação das ilhas que margeiam o referido rio. Vieram também pelas atividades de extração do látex de seringueiras para a fabricação da borracha da Amazônia e para a extração da concha (invólucro calcário ou córneo de muitos moluscos de água doce), que eram encontrados em grandes quantidades nos leitos dos rios, principalmente nas encostas das praias e que eram comercializadas em grande escala, no mercado interno e externo.

Essa migração temporária, ou seja, no período de estiagem das chuvas, provavelmente de maio a dezembro, em virtude do nível dos rios baixarem, baixa vazão, ficando fácil para a pesca e a extração de moluscos, assim como para a extração do látex da seringueira que paralisa no período da chuva, o contrário da extração do látex da maçaranduba que era praticada durante o período de chuvas.

Por conta dessa situação, a maioria das famílias retornava aos seus lugares de origem, algumas ficavam tentando a prática de uma agricultura itinerante, a lavoura de subsistência, plantando roça de mandioca, milho e arroz.

## VII - CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA DE SÃO JOAQUIM DE ITUQUARA

As primeiras atividades econômicas em Itaquara foram: a extração do látex da seringueira, o látex da maçaranduba, que contribuiu com o “boom” da borracha na Amazônia e quase esquecidas pelos historiadores.

Na agricultura de subsistência, a produção de farinha, milho e arroz nunca foram em grande escala, abastecendo somente a comunidade local, sem se preocupar com a exportação, aliás, há uma importação de arroz e feijão para abastecer o consumo local.

Nos anos de 60 a 70, havia uma boa produção de fumo, o tabaco, em Baião. E Itaquara se destacava na quantidade e qualidade do produto, este período foi de grande ascensão na economia local. Mas atualmente este produto é desconhecido pela população mais jovem.

O cacau foi por muito tempo uma grande fonte econômica. Mas após a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a maioria das famílias que moravam às margens do rio Tocantins ou nas ilhas, tiveram que abandonar as suas terras devido às conseqüências provocadas pela barragem, tais como: poluição da água, que era potável, a extinção de muitas espécies de animais e grande risco de contaminação por doenças e pragas causadas por esta ação indiscriminada do governo e das empresas construtoras da barragem. Com a chegada desses projetos, evidentemente aconteceu a destruição da economia local, pelo desnível tecnológico em relação às atividades produtivas antes existentes, acelerando o processo de desagregação das estruturas econômicas locais.

Concomitantemente, o crescente fluxo migratório que acompanha esses empreendimentos, fez com que as pessoas decidam por dois caminhos a percorrer: primeiro, permanecer no local, enfrentando as epidemias, a fome e as pragas. Segundo, engrossar o filão do êxodo rural, elevando com isso o número de desempregados no campo e na cidade, surgindo maiores focos de prostituição e miséria, características estas resultantes da implantação desses empreendimentos. Por outro lado, estes projetos geram pouco emprego em função da tecnologia sofisticada que é utilizada. Adicionando-se a isso, a preferência por especialistas do centro-sul ou do exterior, que ocupam os melhores empregos e salários. Restando os serviços não especializados e de menor remuneração para poucas pessoas da região.

Em Itaquara desde 1972, duas atividades econômicas disputam a produção, a agricultura perene de pimenta-do-reino que já passou pelo menos três ciclos e a atividade de exploração madeireira, que num primeiro momento era artesanal, mas atualmente está sendo predatória, indiscriminada e agressiva ao meio ambiente.

Atualmente a pesca artesanal, não predatória, abastece o mercado alimentício local.



Figura 7 – pescador artesanal

A pecuária, não é muito expressiva, pois ainda é praticada na maioria em campos extensivos das ilhas e das margens do rio Tocantins. Na terra firme vem

sendo praticada em campos abertos, nas florestas de pastagens. Mas encontra uma problemática, visto que nos períodos de chuvas, inundam as partes baixas, dificultando assim a permanência do rebanho dos pequenos produtores locais.

## VIII - A EXPLORAÇÃO FLORESTAL E OS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA REGIÃO

Nos últimos 33 anos, o distrito de São Joaquim de Itaquara, vem passando por um grande processo de exploração florestal. Este processo se dá em função da atividade madeireira que se estabelece na região.

Segundo os primeiros trabalhadores desse ramo, ou seja, moradores tradicionais de Itaquara, as primeiras atividades de exploração madeireira a partir dos anos 72 a 84, aconteceram de forma seletiva aos arredores da vila de São Joaquim de Itaquara, ao longo da margem direita do rio Tocantins e nas ilhas próximas. Na medida que as espécies de madeira, de preferência as comerciais, iam se esgotando, adentrava-se à floresta, na época até 20 km mata adentro. Este espaço trabalhado faz parte da Amazônia Oriental, sendo assim, alvo desta pesquisa no período de agosto a setembro de 2005.



Figura 6- Exemplo de ramal de escoamento da produção madeireira

Nos primeiros dez anos de exploração madeireira em Itaquara, os fornecedores de madeira em tora foram responsáveis pela construção de estradas vicinais até a beira do rio Tocantins, que a partir daí eram transportadas de balsas de ferro, alvarengas ou jangadas construídas de madeiras leves destinada às indústrias de Belém e outros locais, visto que, nessa época Itaquara não dispunha de nenhuma serraria. Essas estradas vicinais, bem como a derrubada de troncos das árvores eram feitas manualmente, com o uso de machado e roladeira, somente depois de alguns anos o machado foi aos poucos substituído pela motosserra para tal atividade.

Essa exploração ocorria em lotes de 20 a 40 hectares ocupados por colono. Mais da metade dos entrevistados estavam ou estão envolvidos com atividades de exploração da madeira na forma de fornecedores ou extratores. Os colonos fornecedores de madeira apenas vendiam ou vendem ocasionalmente árvores de

seus lotes, principalmente árvores que estavam ou estão nas áreas onde o agricultor provavelmente vai fazer o preparo do terreno para a agricultura de corte e queima. Em contraste com os extratores que participavam de fato do processo de exploração.

Em função dos métodos usados pelos madeireiros extraírem apenas um seleto grupo de árvores em tamanho e espécies, a exploração continua avançando para novos terrenos, ficando para trás um estoque de madeira comercial, incluindo as árvores de pequeno e médio porte com diâmetro de até 1.80m. Mas devido à ausência de mercado imediato para essas árvores remanescentes, as florestas exploradas são freqüentemente destruídas por colonos para a formação de campos agrícolas e até mesmo pastagens, sem que se perceba que decorrido 30 anos desde as primeiras explorações, essa região de floresta já teria refeito sua paisagem natural.



Figura 8- Retirada da floresta para introdução atividade agrícola e pecuária

Porém na concepção que orienta a mentalidade econômica, essa floresta mesmo sem manejo poderia gerar riqueza tanto com pastagens ou agricultura de corte e queima. Por essa razão não há uma preocupação por parte dos colonos, donos da área, pois podem avançar ou mudar de terreno quando os recursos florestais e orgânicos se esgotarem.

Conforme a pesquisa realizada, foi dessa maneira que se processou a primeira fase da exploração florestal no distrito de Ituquara. A madeira extraída da floresta era transportada diretamente para Belém para as grandes indústrias, que de lá certamente era beneficiada e utilizada na construção civil, naval, etc., atendendo o mercado interno e externo em grande escala.

No período de grande exploração a principais espécies retiradas eram:

Angelim vermelho ( <i>Hymenolubium complcatum</i> );
Angelim pedra ( <i>Dinizia excelsa leguminoseae</i> );
Amapá;
Ataná;
Freijo;
Piquiá ( <i>Caryocar villosum</i> );
Ipê ( <i>Pau-d'arco</i> );
Sucupira preta ( <i>Bowichia racenosa</i> );
Sucupira amarela ( <i>Bowichia racenosa</i> );
Sucuruba;
Tatajuba.

Tabela 1- Principais espécies retiradas para comercialização em São Joaquim de Itaquara nos últimos 30 anos.

Na fase inicial da exploração dessas espécies vegetais percebe-se um trabalho rudimentar onde os instrumentos usados, eram o machado, o terçado, a roladeira e logo após a motosserra.

A partir dos anos 80, intensificou-se mais ainda a exploração florestal no distrito de São Joaquim de Itaquara. Essa manifestação deu-se a partir do surgimento de algumas serrarias no município de Baião, dentre as quais, uma foi instalada no ramal do Igarapé Seco, hoje, estrada que liga Itaquara-Baião-Belém, sendo considerada o final da rodovia PA-151.

Quanto à existência de serrarias naquela época em Itaquara, somente uma do tipo serra fita, mas não permanecendo por muito tempo e pelo que se sabe através dos primeiros trabalhadores entrevistados, ela funcionava na clandestinidade, não havia registro legal para o seu funcionamento. Mas a partir da saída dessa serraria foram implantadas outras de pequeno porte do tipo Induspam com serra circular, e em 1995 instalou-se uma indústria madeireira que permaneceu cinco anos com uma produção relativamente superior as demais. Essas serrarias são expressivas na economia de Itaquara, como podemos observar na tabela 3 abaixo:

Décad	1980 a	1985 a	1990 a	2005
a	1985	1990	2000	
Nº de serrarias	01	05	15	07

Tabela 2- Número de serrarias em São Joaquim de Itaquara

As serrarias aceleraram um pouco mais a exploração da floresta, no que tange os recursos madeireiros, utilizando técnicas mais avançadas no processo de exploração, além do mais, elas exploraram espécies que tinham um valor comercial maior para a construção civil, marcenaria, etc.

Analisando esse processo de exploração florestal no distrito de Itaquara, foi possível identificar agentes envolvidos em tal atividade e qual o significado desta atividade para cada um deles. Esses agentes estão divididos em dois grupos: aqueles que tem a posse da terra, ou seja, a posse do recurso florestal, os colonos; e os que exploram e processam o recurso, os proprietários de serrarias e madeireiros.

Quanto à origem dos madeireiros, podem ser identificados como: os primeiros foram dois comerciantes que residiam em Itaquara no início dessa exploração, sendo um deles originário do município de Mocajuba e o outro era 'filho da terra'. Os demais agentes como extratores, caminhoneiros, também eram da região, já num segundo momento, com a instalação das serrarias, vieram trabalhadores de Igarapé-Miri, Abaetetuba, Moju, Cametá, Belém e também de outras regiões brasileiras. Alguns madeireiros vêm apenas para comprar madeira em toras ou serradas, não chegam a instalar-se na região, uns atuam por um tempo, outros permanecem, e outros ainda chegam.

De acordo como se constata acima, os atores sociais envolvidos no processo de exploração florestal, possuem características culturais diferentes. De um lado, encontram-se os habitantes tradicionais<sup>2</sup> detentores do recurso. De outro lado, os empreendedores, donos do capital, os comerciantes madeireiros.

Nesta perspectiva, os atores sociais estão envolvidos até hoje, através da comercialização de madeira de várias formas como: madeira em pé, em tora, por metro cúbico, área florestal, madeira serrada por metro cúbico, por dúzia, em plegada, etc. Verificou-se que esse sistema de compra e venda do produto é predominante na região, mas diante de certa viabilidade econômica ser muito baixa, a madeira é vendida por preço insignificante, deixando os maiores lucros para os atravessadores.



Figura 9 - Armazenamento de madeira em serraria clandestina

---

<sup>2</sup> Considera-se aqui o habitante tradicional as pessoas que se estabeleceram na região e são pequenos produtores que vivem da roça e do comércio da madeira.

Essa exploração intensiva de madeira altera significativamente a cobertura florestal, pois mais de 60% das árvores estão sendo destruídas dando lugar a uma nova floresta intrincada de cipós e ervas daninhas sem valor econômico. Além da destruição do ecossistema local causado por pelo menos duas grandes empresas que estão localizadas na referida região, as quais se mantêm no sigilo. Essa informação foi fornecida por entrevistados que presenciaram tal fato. A região de Itaquara tem sido um grande fornecedor de madeira, porém como sempre, não participa dos lucros altos que estas transações comerciais se inserem. Durante o trabalho de campo, alguns entrevistados disseram que alguns colonos participam de lucros baixos, vendendo algumas áreas florestais para extração da madeira. Essas transações são feitas por quem eles chamam de “gatos” e “mateiros”, que são os intermediários entre os colonos e as empresas madeireiras, essas transações geralmente são feitas num valor insignificante, ou seja, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por alqueire.

Observa-se também que nas serrarias, existe um grande desperdício de madeira, por causa do tipo de destino que se dá a ela: tábuas, caibros, ripas, flexais e pranchas, etc., já o processamento secundário da madeira serrada para fabricar portas, janelas, pisos, aglomerados, móveis, etc., não são feitos em Itaquara e região, são levados para outros lugares. Por outro lado, o que sobra dessa madeira é abandonado ou transformado em carvão vegetal para uso doméstico.



Figura 10 - Desperdício de madeira registrado em serraria clandestina.

Dos proprietários de serrarias de pequeno porte entrevistados, todos são unânimes em dizer que a produção é de 70m<sup>3</sup> por mês para cada serraria, tendo como aproveitamento de 40% do valor bruto. Um dos entrevistados disse que as serrarias instaladas em Itaquara são clandestinas, porém acrescenta que seria bom se fossem legalizadas, assim diz:

*“Gostaria muito de legalizar a minha pequena serraria para evitar algumas vezes ser autuado e multado pelo agente do Ibama, pois em virtude desse acontecimento, todos os madeireiros deveriam ser legalizados, daí todos trabalhava com liberdade, não do jeito que trabalhamos assustados, quando alguém diz o*

*lbama está na área, ninguém trabalha, todos tratam de esconder as ferramentas de trabalho, e isso é prejuízo sem dúvida*”(José Peixoto Alves, 48 anos, madeireiro e agricultor. 04-09-05).

A economia familiar dos colonos, de acordo com os dados coletados na pesquisa de campo é muito complexa. Para compreender a importância da madeira na vida dos colonos é preciso entender os ganhos obtidos pela economia familiar, analisando as despesas contraídas por eles, que são geralmente representados pela cesta básica e outras necessidades humanas, como: roupas e calçados, saúde, educação, transporte, 'lazer', etc. De acordo com as conversas com os entrevistados, as famílias são geralmente numerosas e o gasto só com cesta básica chega em média de R\$ 200,00(duzentos reais) a R\$ 300,00(trezentos reais) por mês. Nesta estimativa, é importante esclarecer que alguns produtos não estão incluídos, pois são produzidos na própria área, destinada ao cultivo, na roça de arroz, farinha de mandioca. Alguns colonos plantam feijão do tipo calpi. Existe também a caça e pesca, que ajuda nas despesas.

Na pesquisa de campo, verificou-se que a produção de arroz, farinha, milho e pimenta-do-reino são razoáveis para ajudar no sustento da família no período da colheita. Isso significa que uma família de agricultores composta de 4 a 6 membros precisa derrubar aproximadamente dois a quatro hectares de floresta por ano para atender suas necessidades básicas de subsistência, como mostra a figura 10.



Figura 11- Área desmatada destinada para a produção de subsistência.

De acordo com a justificativa da foto observa-se que mais da metade dos colonos quem foram entrevistados tinham área de cultivos menores que quatro hectares. Veja na tabela de nº 4.

Produto cultivado	Hectares	Kilo (s)	Valor por (T)
Arroz	02	2.000	250,00
Farinha	02	4.000	800,00
Milho	02	1.000	350,00
Pimenta-do-reino	0,25	2.000	2.000,00

Tabela 3: Dados de hectares derrubados por ano – produção e preço atual.

## IX - IMPACTOS SOCIO-AMBIENTAIS

Embora os impactos primários da exploração seletiva de madeiras sejam pequenos, a presença da economia madeireira em regiões de fronteira contribui para o desmatamento. Em virtude dessa atividade, vai ocorrer uma desarticulação na estrutura produtiva local, visto que tal estrutura foi há muito tempo fundamentada, em parte no extrativismo de produtos da floresta como: látex da maçaranduba, frutas silvestres: piquiá, bacuri, uxi, bacaba; assim como também a utilização da pesca e da caça. Essas atividades foram substituídas pela extração de madeira, que vai colocar-se como único modo de sobrevivência aos moradores locais.

Entretanto, com essa a atividade madeireira em Itaquara, os colonos são capazes de persistir por um período maior, enquanto continuam a cortar áreas de florestas a cada ano para plantar arroz, mandioca para consumo e venda. Os baixos preços dos produtos, aliados à instabilidade da agricultura de corte e queima indicam que os colonos precisam derrubar entre 2 a 4 hectares por ano, para suprir suas necessidades básicas.

Como resultado de uma colonização desordenada local, percebe-se que há um desequilíbrio estrutural em outras regiões brasileiras. Isso significa que agricultores oriundos de outras partes do país se deslocaram para a região amazônica a fim de se estabelecerem, buscando um enriquecimento rápido e novas formas de exploração, gerando com isso conflitos em âmbitos sócio-econômicos e culturais. Esta visão, em parte foi influenciada por políticas governamentais que incentivavam uma ocupação dos espaços vazios, um exemplo disso é o Plano de Integração Nacional (PIN), conforme diz Diegues (1999):

*“Centenas de milhares de colonos de áreas temperadas foram atraídos para a região amazônica sem o conhecimento de práticas agrícolas adequadas a um ambiente de floresta tropical”.*

E prossegue mais adiante: *“a ocupação recente da Amazônia resultou no mais elevado numero de conflitos de terra da história brasileira, opondo de um lado os habitantes tradicionais (as tribos indígenas, as populações ribeirinhas e extrativistas) os colonos; e de outro lado os grandes interesses ligados à mineração e aos grandes proprietários de terras nacionais e estrangeiras”*

Itaquara, contudo não é o ultimo capítulo dessa história de “floresta madeireira”. Esta situação pode ocorrer em outras áreas, principalmente com a abertura de novas rodovias ou pavimentação das que já existem. Dessa forma estimulando uma migração espontânea para novas regiões que possam ser exploradas. Mas é preciso que se entenda de uma vez por todas que da forma que se dá a exploração, logo acabará com os recursos naturais existentes na Amazônia. É fundamental que os órgãos públicos, de preservação e fiscalização, reconheçam que a atividade de exploração da madeira é o principal fator de expansão da chamada fronteira amazônica.

Por outro lado, é preciso penalizar os responsáveis pelo desmatamento indiscriminado e assegurar que essa extração seja de forma coerente e consciente para que haja um equilíbrio dos recursos florestais, e para que não haja impactos ambientais e sociais que sejam maléficos para a população.

A Lei de Crimes Ambientais, como ficou conhecida, a lei de nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, pôde finalmente ser aplicada em sua totalidade, após a promulgação do decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que a regulamenta.

Ambas as leis acima citadas, são instrumentos que servem para que a sociedade os utilize no intuito de preservar e conservar o meio ambiente.

O artigo 54 desta lei que se refere em uma ação que pode “*causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortalidade de animais ou destruição significativa da flora e fauna: é considerado crime ambiental*”.

Da análise realizada conclui-se que o desmatamento, impulsionado pela atividade madeireira até o presente momento tem provocado grandes impactos ambientais no distrito de São Joaquim de Itaquara. Sabemos através de estudos e informações que além dos desmatamentos constantes e irracionais, há também uma poluição intensa dos cursos de água, ou seja, nos rios da região. Outra atividade que também está em crescente desenvolvimento é a derrubada de árvores para a produção de carvão vegetal, atividade que ainda é inexistente no distrito de Itaquara, porém há projetos de implantação desse ramo de exploração na região.

Pela observação de todo esse processo indiscriminado, pode-se notar também a destruição de habitat de animais silvestres e que hoje se encontram em extinção, visto que havia um equilíbrio no ecossistema local, coisa que não acontece hoje, pois falta alimento natural para várias espécies.



Figura 12- Paisagem desoladora resultante do desmatamento indiscriminado

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Vila de Itaquara que tem aproximadamente cinco mil habitantes está em processo de urbanização apesar de apresentar característica bastante rural em todas as suas nuances.

Sua história social também reflete todas as contradições do capital e interesses hegemônicos, trabalho infantil, problemas educacionais, exploração ilegal dos recursos naturais, falta de infra-estrutura urbana, conseqüências diretas na vida dos seus habitantes em razão da construção da barragem de Tucuruí, descaso político e falta de implementações de políticas públicas. Este é um debate específico para outra ocasião.

No entanto, é um povo que tem uma forte cultura constituída pela miscigenação das principais etnias as quais formam o povo brasileiro; vale ressaltar que muitas das tradições tem se silenciado ao longo das gerações e necessitam ser valorizadas, resgatadas e cultivadas pelos próprios moradores. É um povo hospitaleiro e que tem lutado ultimamente pela sua emancipação política da sede de Baião, dado ao inconformismo com o descaso por parte desta.

Seus habitantes vivem especificamente da utilização dos recursos naturais, vegetais, pesqueiros e um pequeno grupo de assalariados (funcionários públicos, aposentados e pensionistas).

Uma das características marcantes dos recursos florestais refere-se ao fato de proporcionar à humanidade simultaneamente uma ampla gama de benefícios e de serviços econômicos, ambientais, sociais e culturais. No entanto, modificando esse ambiente pela ação antrópica pode acarretar conseqüências negativas à qualidade de vida do homem e de toda uma região.

A exploração madeireira em São Joaquim de Itaquara é verificada pelos moradores e pelos estudos realizados foi possível a compreensão de como a exploração madeireira, foi no seu início uma atividade que se deu na forma seletiva, sem causar problemas sérios ao meio ambiente e com o decorrer do tempo, a partir da instalação de serrarias e grandes empresas madeireiras, foi imposto uma nova dinâmica na exploração desses recursos.

Portanto, essas considerações reforçam a necessidade para que o poder público esteja a frente na questão de organização e fiscalização efetivo para ordenamento territorial, a fim de definir as melhores formas do uso dos recursos florestais, o uso racional e monitoramento desses recursos no distrito de Itaquara.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB´SABER, A.N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. Revista de Estudos Avançados 16 (45), 2002.
- ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo: a educação básica movimento social no campo**. V.2. Brasília, 1999.
- ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- ANDRADE, M.C. Monte Alegre a indústria de papel de celulose no Paraná. P. 23 a 33. Avulso nº 6 da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). São Paulo: 1968.
- BECKER, B.K. Amazônia. 6ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998.
- BENJAMIM, Cesar e CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação básica do campo: projeto popular escolas do campo**. V.3. Brasília, 1999.
- COELHO, M. C. N. Geografia (Sistema de Ensino Universo) 1998.
- DIEGUES, A. C. Desmatamento e modos de vida na Amazônia. São Paulo: NUPAUB editora, 1999.
- DUSSEL, Henrique. **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**: conferencia de Frankfurt/tradução Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ : Vozes, 1993.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HALL, A. L. Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1989.
- JESUS. Sonia Meire Santos Azevedo de. **Política Pública de Educação do Campo e os desafios no estado de Sergipe**. 2008. (digitado)
- MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- MOLINA, Mônica Castagna. JESUS. Sonia Meire Santos Azevedo de. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

PORTO GONÇALVES, C. W. Amazônia, Amazonas. São Paulo: Contexto, 2001.

PRADO Jr., C. História econômica do Brasil. São Paulo: Ed Brasiliense, 1985.

SOUZA, A.L.L. Desenvolvimento Sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeireiros na Amazônia: Desafios, possibilidades e limite. Belém 2002. 302f. Teses/Dissertações (NAEA/UFPA).

PLATAFORMA BNDES: **que desenvolvimento é esse?** REDEBRASIL, Sobre instituições financeiras multilaterais. Julho de 2008. <Disponível em: [www.rbrasil.or.br](http://www.rbrasil.or.br), acesso em: 23 de Março de 2009>.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**; tradução Laura Teixeira Mota; São Paulo: companhia das letras. 2000.

VERÌSSIMO. A; BARROS, A.C. A expansão da atividade madeireira na Amazônia: Impactos e perspectivas para o desenvolvimento do setor florestal no Pará. IMAZON: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

**VEIGA, José Eli da.** “Desenvolvimento Territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico/econômico. **Bahia Análise e Dados. V.10 n.4, Campinas, São Paulo; Março de 2001.**

## Anexos

As imagens datam do ano 2000 a 2009



f 1 - Escola Gamaliel



f 2 - Igreja Batista



f 3 – inundação durante inverno em terreno baixo



F 4 – Escola Mun. Prof. Celeste



F 5 – via de acesso entre parte Alta e parte Baixa no Inverno



F 6 – Tentativa de recuperação da via de acesso



F 6 – ruínas do antigo trapiche comunitário



F 7- arraia mês Outubro (festa do Rosário)



F 8 – outubro de 2008 – início const. trapiche concreto



F 9 – Av. Tancredo Neves inicio asfalto



F 10 – escadaria de acesso a parte baixa



F 11 – vista altitude da vila em relação ao nível do mar



F12- campo soccer IPB



F 13 – vista aérea da parte alta



F 14 – vista aérea da parte alta



F15 – julho de 2006, veraneio parte baixa



F16 – inundação de inverno parte baixa



F 17 – trabalho infantil, crianças vendendo lanche nos barcos que fazem linha



F17 – ruas no matagal, exemplo de descaso do poder público



F18 – atendimento de saúde PSF



F19 – contador de piadas



F20 – trabalho artesanal de carpintaria



F 21 – Rua Paraíba



F 22 – prédio associação das mulheres



F23 – crianças brincando na rua, após asfaltamento.



F 24 – Av. Tancredo neves após receber asfalto



F 25 – pequeno comércio local, parte alta



F26 – via de acesso porto prof. Cime



F27 – matadouro



F28 – erosão e lixo



F 29 – erosão e grande lixão



F29 – meio de transporte, Mocajuba – Tucuruí



F30 – material de pesca artesanal



F31- tradicional meio de transporte Belém - Itaquara



F32 – frente de Itaquara (rio Tocantins), período de enchente



F34 –conclusão do trapiche



F35 – estudante vindo da escola da parte alta



F36 – Igreja matriz do Rosário (primeira const. em alvenaria)



F37 – Rua Beira Mar durante inverno



F38 – Residências na parte baixa



F39 – comercio local na parte baixa



F40 – Igreja Presbiteriana nov de 2008